

O fomento do turismo em territórios indígenas: inclusão ou exclusão sócio-cultural da comunidade habitante da Reserva Indígena de Dourados – MS?¹

JESUS, Djanires Lageano. Docente e Pesquisador da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS; Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN e do Instituto de Ensino Superior da FUNLEC de Bonito-MS.²

WENCESLAU, Marina Evaristo. Docente e Pesquisadora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS e do Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN.³

Resumo

A Reserva Indígena de Dourados - RID compreende um espaço de convivência das nações Guarani - Kayowá/Ñandeva e a Aruak - Terena. Localiza-se na zona norte do município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul - Brasil, distante a 3,5 km do centro urbano, e conta com uma população de aproximadamente 11.000 indígenas, distribuídos em 3.539 hectares. Este trabalho faz um estudo sobre as diversas tentativas ao longo da existência da RID de promover o “desenvolvimento e o turismo sustentável” como melhoria das condições de vida dos povos indígenas, fazendo um levantamento histórico-bibliográfico. A RID compreende uma complexa área de estudo, e pode ser colocada como exemplo para reflexão da formação geográfica, histórica e antropológica, considerando os fatores que implicaram na degradação do local, provocando impactos na natureza e na cultura indígena principalmente relacionada às questões político-administrativas.

Palavras-chave

Alteridade; Turismo Indígena; Desenvolvimento Regional.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma análise da produção atual do espaço na Reserva Indígena de Dourados – RID, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul,

¹ Trabalho apresentado ao GT 10 “Antropologia, turismo e responsabilidade social: sentidos e significados da diferença” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Bacharel em Turismo pela UCDB, Especialista em Gestão Empreendedora de Negócios pela UNIGRAN e Mestre Geografia (Desenvolvimento Regional) pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS. Docente nos cursos de Turismo da UEMS; UNIGRAN; e da FUNLEC de Bonito-MS. Pesquisador no Núcleo de Pesquisas sobre Questões Indígenas - NUPEQI da UEMS. E-mails: netoms@unigran.br e netoms@uems.br.

³ Licenciada em História, Mestre e Doutora em História Social – USP. Docente nos cursos de Turismo da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS e do Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN. Professora aposentada da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisas sobre Questões Indígenas - NUPEQI da UEMS. E-mail: marinaew@uol.com.br

enfocando os aspectos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos que subsidiam uma discussão sobre a viabilidade de implantação da atividade turística na Reserva relacionado ao ideário do desenvolvimento sustentável.

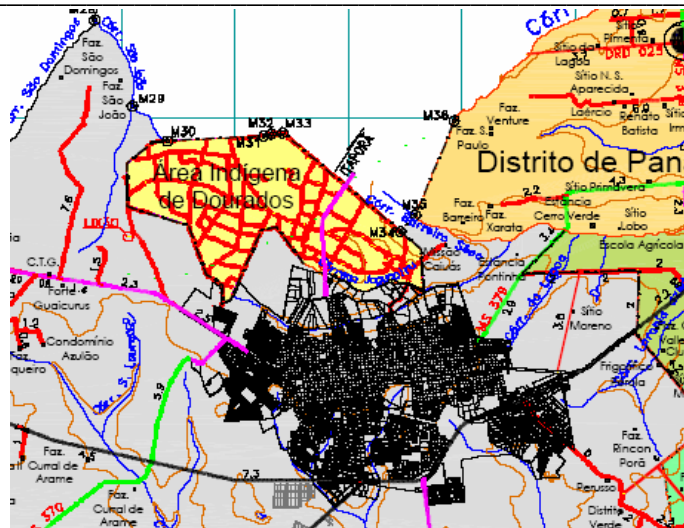
Para delimitação dos objetivos do trabalho, foram necessárias análises de várias questões, entre elas: identificação das políticas públicas de Turismo existentes com relação à questão indígena na Reserva Indígena de Dourados; verificação do conhecimento indígena e os instrumentos para ações turísticas sobre o espaço geográfico; avaliação da comunidade local sobre as problemáticas sociais, culturais e ambientais da RID com relação à produção de objetos de ornamentação, artesanato, indumentárias, dança, cura e reza para a venda aos turistas e visitantes; análise dos efeitos econômicos na RID em função da ação e presença do turista na Reserva, e dos possíveis benefícios, tanto para a comunidade indígena quanto para a não-indígena.

Este trabalho se caracterizou como uma pesquisa bibliográfica e levantamento de campo, com referenciais relativas ao desenvolvimento do turismo na RID com observação sistemática *in loco* dos fatos e acontecimentos coletados na Reserva, nos órgãos públicos e nas empresas privadas, visando estabelecer um mapeamento sobre a cadeia produtiva do turismo em Dourados, e entender como seria possível o estabelecimento de políticas locais para o seu desenvolvimento.

2. CARACTERIZAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS-RID

A Reserva Indígena de Dourados, antes chamada de Posto Indígena “Francisco Horta Barbosa”, está localizada na zona norte do município de Dourados. Distante a 3,5 km do centro urbano de Dourados, e a 8 km do município de Itaporã. A RID é cortada pela Rodovia MS-156 que faz a ligação entre Dourados a Itaporã no sentido Norte/Sul. Segundo a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA (2004), a RID conta com uma população de 10.393 indígenas, distribuídos em 3.539 hectares. Na aldeia Bororó destaca-se a presença maciça dos Guarani e Kaiowá e no Jaguapirú, os Terena, uma pequena população Guarani e Kaiowá, além dos mestiços que se fazem presentes em ambas as aldeias.

Figura 1: Localização da Área Indígena de Dourados



Fonte: Iplan – Fundação Instituto de Planejamento e Meio Ambiente (2003)



Área Indígena de Dourados

Área Urbana de Dourados

Na imagem acima visualiza-se a proximidade da RID ao perímetro urbano, onde são registrados diversos conflitos entre a população indígena e do entorno, tendo como exemplos à apropriação de terras e as questões sócio-culturais.

Para entender as relações socioculturais entre os povos indígenas habitantes na RID, é necessário compreender que cada etnia que está dividida em três setores distintos: a oeste ocupado pelos Kaiowá, o centro pelos Ñandevá e a leste os Terena. Além disso, são encontrados mestiços em ambas as aldeias.

A Reserva Indígena de Dourados - RID, carece de recursos de várias naturezas, o que pode ser constatado *in loco* ou até mesmo na porta das residências no perímetro urbano que diariamente se depara com indígenas pedindo comida, roupas e até dinheiro para sua sobrevivência, além disso, é constatado no Hospital da Missão Evangélica Caiuá, localizado na RID, o alto índice de mortalidade infantil principalmente em função da desnutrição, onde no ano de 2005 teve repercussão na mídia televisiva nacional. Outros fatores determinantes têm ligação com o analfabetismo, os problemas de segurança, a infra-estrutura básica e outros, comprometendo a aplicabilidade das diretrizes que proporcionam o fomento de uma sociedade sustentável.

3. O FOMENTO DO TURISMO NA RID E O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A história do desenvolvimento da atividade turística relacionada aos indígenas no Mato Grosso do Sul iniciou-se em meados de 1990, sobre o reflexo do crescimento da atividade turística no Pantanal e em Bonito promovidas pelas campanhas publicitárias acerca dos povos indígenas que viviam no Estado, estimulando com isso, iniciativas isoladas na promoção das visitas turísticas nas aldeias que possuíam apresentações de danças, artesanato, língua nativa entre outros atrativos.

Todas as iniciativas estimuladas para esse fim até hoje não se consolidaram, Segundo Martins (2001, p. 198): “(...) Não há consenso entre os observadores sobre o grau de impacto que o turismo provoca em comunidades indígenas. Em geral é desaconselhável”. Esse fato se deve pela ausência de políticas direcionadas para as necessidades dos povos indígenas, superando as ações que consideram apenas à vontade da empresa turística.

Em Dourados, a atividade turística na área indígena iniciou a partir de 1999, em função do fluxo de turistas holandeses e alemães que conciliavam o roteiro Foz do Iguaçu e Bonito com a visita aos povos indígenas do município. O objetivo desta ação era promover o crescimento do turismo interno até porque a cidade de Dourados não fazia parte do eixo turístico do Estado, onde apenas alguns locais se destacavam como núcleos receptores de turistas, tais como Bonito e cidades que compõem a Serra da Bodoquena e Pantanal.

Para mudar as estatísticas da oferta turística do Estado e também a demanda de estrangeiros, alguns empresários locais juntaram-se para formatar um produto turístico voltado as questões indígenas e que pudesse atender as expectativas dos visitantes provenientes de Foz do Iguaçu, Bonito e Pantanal. A maioria dos estrangeiros que passou pela cidade vinha por intermédio de agências de viagens de São Paulo acompanhados por seus guias de turismo que na maioria das vezes não tinham conhecimento sobre a cultura indígena local.

Existem registros que o *trade* turístico local recebeu uma demanda considerável de estrangeiros, principalmente holandeses, em média três vezes por semana em grupos de quarenta pessoas, sendo que a maioria aposentada e com média de idade de 50 anos, gastando cerca de U\$ 150,00 por pessoa ao dia. (RODRIGUES, 2002)

Os grupos de turistas ficavam em média dois dias na cidade, ocupavam os hotéis e no período diurno conheciam o comércio e depois eram levados para a RID.

Chegando a Reserva eram recebidos por lideranças indígenas que organizavam os grupos para apresentação das danças, venda do artesanato e, além disso, cobravam uma taxa dos turistas pelas apresentações.

O fato da Reserva não possuir um receptivo com infra-estrutura básica para atender os visitantes, e a comunidade do entorno não se envolver e não valorizar a cultura indígena resultou que, com o passar do tempo, a frequência dos estrangeiros na cidade foi diminuindo drasticamente, sendo que hoje em dia, os turistas ficam apenas um dia e muitas vezes nem visitam a RID.

O turismo tem como objetivo a experiência turística implicada na apreensão subjetiva das relações sociais e culturais concretas no local a ser visitado, com fluxo comunicativo presente em uma situação histórica marcada pelo contato de diversos segmentos sociais e gerado a partir da criação de um pólo turístico.

A partir das ações do *trade* turístico local, a Prefeitura Municipal de Dourados, representada pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo – SEICTUR, juntamente com a iniciativa privada, elaborou um projeto para implantação de um Centro Cultural Indígena “GUATEKA” adequado para apresentações das manifestações culturais das três etnias Guarani, Terena e Kaiowá, presentes na RID, compreendidas nas danças, artesanatos e modo de vida tradicional.

A visão de parcela dos indígenas sobre o funcionamento do Centro Cultural GUATEKA, pode ser sintetizada pela opinião do entrevistado:

(...) ia ser um Centro Cultural que ia recebe os turistas holandeses e suecos onde cada cacique guarani, terena e Kaiowá eles iam organizar e por exemplo: um dia dançava uma etnia e no outro a outra para beneficiar as três e para não dar problema quando os turistas estavam beneficiando somente os terena e os guarani e Kaiowá, começou a ter aquele confronto com o outro e até discussão devido a isto. Mas com muita conversa eu consegui convocar os caciques para que cada dia fosse uma etnia. Agente analisa com os professores o projeto que for feito e eu não sei como era pago, segundo eles (turistas) era pago em pacote. O dono do hotel pagava os pacotes para os caciques que traziam os turistas para a aldeia. Então não houve acordo, porque os Guarani e Kaiowá começou a achar ruim e ai vem a questão da queima de oca e até hoje não se sabe quem queimou o Centro Cultural! Muita gente acha que foi o branco, outros acham que foram os Guarani, Kaiowá... Porque acho que a comunidade estava pensando que ia ficar prejudicada que só uma etnia ia ganhar...

Concretamente não ocorreu consulta “real” à comunidade, grande parte da comunidade desconhece os principais objetivos e no que o Centro Cultural iria contribuir culturalmente e economicamente para seus povos, sendo que o poder interno da RID está restrito às lideranças indígenas e no entorno, pelo poder público. Assim, mais uma vez a crise interna na RID se instalou, devido às ações externas praticadas sem o conhecimento da estrutura sócio-cultural e espacial indígena. Com a inserção da atividade turística na RID permitiu a visibilidade de vários impactos, entre eles a relação social entre os indígenas e os não-indígenas, especialmente na tentativa da mercantilização da cultura indígena por meio de sua encenação e espetacularização.

As interferências negativas no campo cultural são relacionadas em parte pelos modelos de planejamento e desenvolvimento praticados pelos gestores públicos e pela iniciativa privada e que visualizam apenas estratégias mercadológicas para o atual sistema econômico, relacionando ao ideário de progresso, crescimento econômico, produção industrial, avanço e domínio tecnológico, científico e do pensamento humano.

Na forma como é construído o ideário de sustentabilidade, leva-se a relacioná-lo como paradoxal e dialético, porque a própria terminologia se refere em manter-se em equilíbrio, de maneira a garantir as necessidades das gerações presentes sem comprometer as futuras gerações. Como possibilitar os recursos que antes eram conhecidos como infinitos, e atualmente na prática são diferentes? Os recursos naturais uma vez utilizadas pelo processo de desenvolvimento, automaticamente sofre interferências, pois a própria biosfera é limitada.

Para entender as questões relacionadas aos recursos naturais, as comunidades indígenas, são referenciais que comprovam os impactos causados pelo processo de desterritorialização e aculturação do sistema econômico que propôs e propõe a “salvação” de modelos de planejamento e desenvolvimento regional e local.

O significado próprio da essência dos indígenas enquanto nação é ter uma existência “atemporal”, reportando-se a um sentido para a terra, a família e a vida. O espaço é uma identificação familiar, de sobrevivência e identidade.

A relação dos espaços é o que norteia a vida indígena, toda a terra não é vista somente como fonte para produção, mas também com fundamento religioso e cultural. A terra estando ameaçada influencia negativamente a estrutura familiar, ficando vulneráveis às questões sociais do entorno.

A problemática sobre a questão indígena está relacionada sobre as diferenças que o separam das várias distribuições territoriais, onde foram e são feitas de fora para dentro, ou seja, desprovidas de verdadeiro sentido para o indígena, que não reconhece esta distribuição de terras e limites muito menos as fronteiras dos territórios impostas pelos não-indígenas.

Cada nação indígena habitante na RID como os Guarani, Terena e Kaiowá, possuem características determinantes, no entanto, as fixações dos indígenas não foram feitas conforme os valores culturais, impossibilitando-os de desenvolverem na íntegra suas referências sociais, políticas e culturais, pois não se considerou e não se considera, o seu direito a alteridade⁴, a cultura, às crenças, a religiosidade e muito menos seu modo de vida.

Segundo o capitão Guarani Ireno Isnard *apud* Meihy (1991, p. 43), ele coloca que a terra é o sustentáculo de sua comunidade demonstrando o auto nível de exploração e o não respeito, do outro para com o seu povo.

(...) Antigamente a vida também era difícil... mas para o índio a vida nunca foi fácil... antes não tinha todas essas coisas do branco que tem hoje... índio plantava para comer... e conseguia as coisas que precisava por aí... A terra era grande... tudo isto aí era do índio e ele podia pegar o que quisesse dela... como existia muita terra, nós índios podíamos viver mais livres... ah!... aqui era uma mata só... e nós um punhadinho de famílias... naquele tempo o índio podia ir solto por aí... andar de lá para cá... era tão diferente!... Tinha coisa boa, apesar da gente não ter o sal, o sabão... mas a comida não faltava enquanto a gente estivesse trabalhando na terra... Índio precisa de terra...de terra grande, viu?

De acordo com o capitão, conclui-se que sem terra não é possível à preservação da cultura dos povos indígenas. É ela que estabelece uma inter-relação social e produção dos espaços com o modo de subsistência, como espaço da casa, do terreiro, da perambulação para a caça e pesca e o da roça para o plantio.

Na realidade a demonstração deste fato deve-se às observações dos recursos naturais quando se tornam insuficientes e sua economia de reciprocidade que não está organizada pela acumulação, pois, é destinada para servir a comunidade como um todo.

⁴ – Alteridade segundo Suess (1995) é: “a diferença e diversidade constitutivas de identidade – é a arma de resistência mais eficaz do pobre. A alteridade é o muro que separa o colonizador do santíssimo dos povos colonizados”.

Considerando estes dados, visualizam-se as interferências no processo histórico e geográfico da reserva, tendo como precedente as manifestações étnico-culturais, sociais e políticas para estas comunidades, destacando a produção do espaço e a forma em que alguns planejamentos foram impostos e criando sérios problemas internos ligados a questão do poder. Os agentes envolvidos na atividade turística local de alguma forma, contribuíram para potencialização de conflitos internos e externos, e tal fato está relacionado principalmente pela desarticulação entre os agentes interessados para formatação de um planejamento consistente e equilibrado e que, acima de tudo, valorize e respeite a cultura indígena.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indígenas que vivem na RID sofrem impactos negativos, marcado pela desapropriação das terras e ao esgotamento dos recursos naturais local, que interferem no cotidiano e reprodução do modo de vida tradicional.

Tais interferências fazem os indígenas sofrerem culturalmente e socialmente, surgindo à necessidade de buscar sustento fora da reserva, garantindo a sobrevivência das famílias por meio da comercialização de produtos artesanais, ainda descaracterizados pela falta de matéria-prima natural. Alguns indígenas são obrigados a trabalhar na *changa*, que é o trabalho fora da aldeia e outros mendigam pelas ruas da cidade de Dourados.

Para perceber as relações sociais internas da RID e os problemas existentes na reserva é necessário o entendimento do processo de construção territorial. O território para o indígena contempla o espaço de reprodução física, de subsistência/sobrevivência e das relações simbólicas/culturais. No caso da RID, as relações não se esgotam apenas pelo viés ambiental, mas também, do próprio processo de exclusão social, ou seja, da exclusão sócio-espacial.

A partir destes fatores, levam as pessoas a refletir sobre as interferências que a atividade turística poderá provocar nesse meio em que está em transformação, já que para constituir-se em um atrativo turístico é necessário modificar as questões sociais e culturais indígenas para posteriormente “vendê-los” para seus visitantes que querem contemplar não a realidade atual como a da miséria, fome, desnutrição, prostituição,

suicídio, entre outros fatores, mas sim, o indígena que conserva suas danças, tradições, comidas, língua, entre outros que destacam seu modo de vida.

O desenvolvimento interno da RID por meio do turismo pode gerar renda e divisas, como também degradar ainda mais o local, gerando, sobretudo, a miséria, a informalidade, a concentração de poder e a criminalidade.

Com isso, surge a necessidade de avaliar as interferências com critério no espaço utilizado, já que a atividade turística ao mesmo tempo em que possibilita ações de planejamento em longo prazo com propostas de capacidade de carga, conservação, revitalização da cultura, em outras, potencializa um turismo de massa com forte apelo para o lucro fácil. E, na maioria das vezes, tais iniciativas de exploração predatória são provenientes de ações de gestores da iniciativa privada e poder público que visam resultados imediatistas, principalmente quando o turismo é tratado como slogan para campanhas políticas que o apresentam como “solução” para a geração de empregos e que a grande maioria das vezes esquecem do investimento necessário para a sua “sobrevivência”.

Considerando as desigualdades sócio-econômicas entre os que vivem na RID que em sua maioria se encontram em situação de miséria e carência de recursos, o que pode ser constatado *in loco* ou até mesmo na porta das residências no perímetro urbano que diariamente se depara com indígenas pedindo comida, roupas e até dinheiro para sua sobrevivência, além disso, é constatado no Hospital da Missão Evangélica Caiuá, localizado na RID, um índice considerável de mortalidade infantil principalmente em função da desnutrição, que diariamente está estampado nas páginas dos jornais impressos e em rede de televisão. Outros fatores determinantes têm ligação com o analfabetismo, os problemas de segurança, a infra-estrutura básica, entre outros.

Segundo a Funai (2003) as populações indígenas são vistas pela sociedade brasileira ora de forma preconceituosa, ora de forma idealizada. O preconceito parte, muito mais, daqueles que convivem diretamente com os índios: os donos de propriedades rurais. Dominadas, política, ideológica e economicamente por elites municipais com fortes interesses nas terras dos índios e em seus recursos ambientais, tais como madeira e minérios, que muitas vezes necessitam disputar as escassas oportunidades de sobrevivência em sua região com membros de sociedades indígenas que aí vivem. Para tanto, utilizam estereótipos, chamando-os de "ladrões", "traíçoeiros",

"preguiçosos" e "beberrões", enfim, de tudo que possa desqualificá-los. Procuram justificar, desta forma, todo tipo de ação contra os índios e a invasão de seus territórios.

Entende-se que esta situação é decorrente de vários fatores pertinentes ao processo histórico da RID, tendo como precedente as interferências no território e a questão étnico-cultural, os fatores sociais e políticos impostos a estas comunidades, destacando a ocupação do espaço e a forma em que algumas ações foram sendo implantadas sem que houvesse uma discussão com a comunidade, criando sérios problemas internos ligados à questão do poder como, por exemplo, a construção inacabada do Centro Cultural “GUATEKA” que no mês de novembro de 2004 foi queimado, além de diversas Casas de Rezas que simplesmente “anoiteceram e não amanheceram”.

Tais interferências podem ajudar a refletir sobre a ilusão da onipotência, a supremacia do “cálculo” econômico, o caráter absurdo e incoerente da organização “racional” da sociedade, a idéia do desenvolvimento por si só. Isso pode ser feito se não se renunciar ao pensamento, considerando a razão e a responsabilidade na perspectiva apropriada, sendo reconhecidas às criações históricas do homem (CASTORIADIS, 1987).

Portanto, a interação das relações sociais de produção com a natureza local da comunidade indígena das Aldeias Bororó e Jaguapirú, na RID, busca a identificação do significado dos arranjos espaciais de cada etnia e os reflexos na qualidade destas.

Os indígenas da reserva de Dourados estão de certa forma “confinados”, vivendo em constantes conflitos com aqueles que ocupam seu espaço, ou seja, a sociedade do entorno que, não possuem os conhecimentos necessários para respeitar os direitos desses indivíduos, caracterizando-se assim em muitos desafios, que pesam sobre a análise desta comunidade, em que a marginalização é um dos fatores determinantes dessa relação.

O que se procura é o sentido essencial que marca a riqueza da cultura indígena. O conceito de terra é, pois, o instrumento fundamental para a compreensão. Tem-se também que considerar o significado próprio da existência deste grupo e com isto sujeitar a realidade do conceito de representação do espaço e de história aplicado aos deles. O território para o indígena faz parte não do sistema de identificação, mas do sustentáculo de sua existência, pois é o lugar onde se realiza a sociedade e importante fator na formação da identidade indígena.

Para Rodrigues (2001, p. 36):

(...) o pensamento não ocupa espaço, não precisa destruir o ambiente e que para desenvolver a capacidade de pensar precisa de pouco – precisa ser e não apenas ter. Precisa-se pensar a sociedade como iguais, porque só iguais podem ser diferentes. Os desiguais não são diferentes, são desiguais. O termo/conceito/noção de sustentabilidade ampliada inclui as questões societárias. Ele necessita ser compreendido, analisado, para que possamos ter condições de evoluir e desenvolver uma sociedade sustentável. Numa sociedade que planeja a vida atual e a futura baseada não apenas na produção de mais e mais mercadorias, que aumenta o consumo mas também a depredação da natureza, e não consegue planejar a própria sociedade do ter, trata-se da utopia de pensar na sustentabilidade do ser.

O estudo da representatividade espacial na RID, busca a identificação do significado das concepções espaciais étnicas decorrentes da vivência de cada povo. Os resultados finais obtidos na pesquisa sinalizam a necessidade de aplicação dos princípios de planejamento local e regional para fomentar o conceito etno-histórico para as comunidades indígenas da RID, percebendo a importância de sua ocupação territorial, fazendo com que a cultura possa ser preservada em seu processo. Assim, destacamos que as políticas públicas locais e regionais deveriam viabilizar propostas reais para o contexto sócio-cultural local.

No caso da RID são cerca de 11.000 indígenas habitantes que dividem o território demarcado e que deveria ser administrado de outra forma, caso não haja uma delimitação do espaço turístico a ser explorado, levando em conta que a população vive no local e que as relações sociais e culturais estabelecidas entre os turistas poderiam prejudicar no sentido de “invadir” a privacidade dos indígenas, ou seja, seu modo de vida.

O ideário de desenvolvimento sustentável imposto como solução para mitigar as ações de planejamento, não explica como se podem superar as expectativas presentes e futuras no mercado. Até o presente momento, o mercado não atendeu às necessidades de massas de famintos e empobrecidos no processo de produção, como no caso dos indígenas, principalmente os que vivem confinados na RID, que não participam de ações públicas, onde o ambiente natural e cultural está corrompido.

O atual modelo de produção capitalista não possibilita meios para se tratar as questões ambientais e culturais com dignidade, compreendendo uma análise holística de

planejamentos caracterizados pelos aspectos cultural, ambiental, social, político e por último o econômico.

Hoje se discute a atividade turística como um meio para o desenvolvimento na apreensão subjetiva das relações sociais e culturais concretas na arena a ser visitada, com fluxo comunicativo presente em uma situação histórica marcada pelo contato de diversos segmentos sociais e gerado a partir da criação de um pólo turístico. No entanto, quando trabalha-se apenas com um viés sem ter a preocupação do planejamento, da conservação, da cultura, da interferência inconseqüente provoca-se a destruição, o desarranjo e até mesmo o conflito.

Com a implantação da atividade turística visando somente o lucro pela venda de alguns produtos e serviços como as das danças que são apresentadas, o artesanato, as indumentárias, a hospedagem, a alimentação, entre outros, colocam em questão o modelo de planejamento adotado como forma de promover o desenvolvimento local com inclusão social.

A RID compreende uma complexa área de estudo, e pode ser colocada como exemplo para reflexão da formação histórica e geográfica, considerando os fatores que implicaram na massificação e degradação do local, provocando impactos negativos na natureza e na cultura indígena.

Entende-se que esta situação é decorrente de vários fatores pertinentes ao processo histórico da RID, tendo como precedente as interferências no território e a questão étnico-cultural, os fatores sociais e políticos impostos a estas comunidades, destacando a ocupação do espaço e a forma em que alguns planejamentos foram sendo implantados sem que houvesse uma discussão com a comunidade, criando sérios problemas internos ligados a questão do poder.

Portanto, o estudo da interação das relações sociais de produção com a natureza local da comunidade indígena das Aldeias Bororó e Jaguapirú, na RID, busca a identificação do significado dos arranjos espaciais de cada etnia e os reflexos na qualidade destas.

É preciso entender o significado da paisagem e do espaço geográfico das comunidades indígenas da região de Dourados, por meio de estudos sistêmicos sobre a necessidade de preparar os quadros superiores da região, nos diversos níveis de conhecimento, tendo como objetivo minimizar os impactos negativos sociais, políticos, etno-culturais e econômicos.

Os resultados obtidos sinalizam a necessidade de aplicação dos princípios de planejamento local e regional, para fomentar o conceito etnohistórico da comunidade indígena percebendo a importância de sua ocupação territorial fazendo com que, a cultura possa ser revitalizada no contexto social atual, e dessa forma, otimizar políticas públicas formadas por propostas reais, propiciando um planejamento estratégico englobando o poder público, a iniciativa privada, profissionais, estudiosos e principalmente a comunidade indígena, para discutir sobre a viabilidade de implantar o turismo etno-cultural indígena em Dourados e região.

Referências bibliográficas

- BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. **Turismo e antropologia no Brasil**: estudo preliminar. In: BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro e BARRETO, Margarida. **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. 2.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.
- BIHR, Alan. **Da grande noite à alternativa**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- CASTORIADIS, C. **Encruzilhadas do labirinto II**: domínio do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.
- _____. **A geografia cultural**: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- _____. **Campo e perspectivas da geografia**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O real e o imaginário nos espaços turísticos**. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Geografia cultural**: um século (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.
- CRUZ, Rita de Cássia A. da. **Introdução à geografia**. São Paulo: Roca, 2001.
- FARIA, Ivani Ferreira. **Território e territorialidades**: indígenas do Alto Rio Negro. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA. Coordenação Regional de Mato Grosso do Sul. DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena. **Indicadores de saúde**. Dourados: FUNASA, agosto, 2004.
- _____. **Atenção à saúde dos povos indígenas**: caracterização e estágio de implantação dos distritos sanitários especiais indígenas (DSEI). Disponível em <<http://www.funasa.gov.br>>. Acesso em: 15 março 2004.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Revista Brasil Indígena**. Ano I, n.º 4. Brasília: FUNAI, maio-jun, 2003.

GOODEY, Brian. **Interpretação e comunidade local**. In: MURTA, Stela Maris & GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. **Os índios do descobrimento: tradição e turismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. **Os índios do descobrimento: tradição e turismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

_____. **Turismo e o “resgate” da cultura Pataxó**. In: BANDUCCI JÚNIOR, Alvaro e BARRETO, Margarida. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, Milton (org). **Território territórios**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia: UFF: AGB, 2002.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialização**. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. vol. III. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

_____. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HECK, Egon; PREZIA, Benedito. **Povos indígenas: terra é vida**. 2.ed. São Paulo: Editora Atual, 1999.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 17.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

JESUS, Djnaires Lageano. **A transformação da reserva indígena de Dourados - MS em território turístico: valorização sócio-econômica e cultural**. Dourados: CEUD-UFMS, 2004. Dissertação de Mestrado defendida no Programa Pós Graduação em Geografia, UFMS, 2004.

MANGOLIM, Olívio. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos**. Campo Grande: Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul, 1993.

MARTINS, G. I. V. ; MARTINS, C. I. D. **Desenvolvimento local: da teoria à prática**. In: MARQUES, H. H. (org). **Desenvolvimento Local no Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectiva**. Campo Grande: UCDB, 2001.

MARTINS, Gilson Rodolfo. **Breve painel etno-histórico do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande-MS: UFMS/FNDE, 1992.

MEIHY, J.C.S.B. **Canto de Morte Kaiowá**. São Paulo: Loyola, 1991.

MELIÁ, B. **Experiência Religiosa Guarani**. In: O Rosto do Índio de Deus. Tomo I. Série VII. São Paulo: Vozes, 1976.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. **Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiwá**. Rio de Janeiro : Museu do Índio, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE – IPLAN. **Localização geográfica de Dourados.** Dourados, 2004.

RASSLAN, Irene Nogueira; WENCESLAU, Marina Evaristo (orientadora). **O índio e a comunidade de Dourados.** Dourados: UFMS, 1991. Dissertação de Mestrado.

RODRIGUES, A. M. **A questão ambiental e a (re)descoberta do espaço:** uma nova relação sociedade/natureza. In: Boletim Paulista de Geografia. n.73. São Paulo: AGB, 1998.

_____. **A utopia da sociedade sustentável.** In: Revista da Geografia – UFMS. Campo Grande: UFMS, 13-16, jul/dez, 1997.

RODRIGUES, Adyr A. B. (organizadora). **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, Kátia. **Dourados na entressafra turística:** os principais clientes estrangeiros da cidade de Dourados são os holandeses. Jornal Diário MS. Dourados. Caderno A, p. 06, 13 de jun. de 2002.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **El Guaraní en Rio Grande do Sul:** la colonización del Monte y los frentes de expansión. Estudos Leopoldenses, São Leopoldo: Unisinos, 1982.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMERCIO E TURISMO - SEICTUR. **Projeto do Centro Cultural GATEKA.** Dourados, 2001.

SUESS, Paulo. **Evangelizar a partir dos projetos históricos dos outros:** ensaios de missiologia. São Paulo, 1995.

URRY, John. **O olhar do turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura.** 2. ed. Bauru, SP:EDUSC, 2003.

WENCESLAU, Marina Evaristo. **O índio Kaiyowá: suicídio pelo Tekohá.** São Paulo: USP, 1994. Tese de Doutorado defendida no Programa Pós Graduação em História Social, USP, 1994.